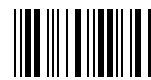




3 DE FEVEREIRO DE 1874



322314

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONCURSO PÚBLICO

**001. PROVA OBJETIVA**

**CONTADOR JUDICIÁRIO**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ A saída do candidato da sala, quer seja no tempo de permanência mínima, quer seja quando do encerramento da prova após transcorridas as 5 horas, somente ocorrerá após autorizada pelo fiscal auditor.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### PORTUGUÊS

Leia o texto para responder às questões de **01** a **08**:

#### *Choque de realidade na Polônia*

A madrugada de 10 de setembro passado foi um divisor de águas: 19 drones russos penetraram o espaço aéreo da Polônia, membro da Otan, obrigando caças poloneses e holandeses a abatê-los. Foi a primeira vez desde 1949 que aeronaves da aliança confrontaram armamentos russos em território aliado. O premiê polonês, Donald Tusk, alertou: “Foi o momento mais próximo de um conflito aberto desde a 2ª Guerra Mundial”. O gesto deixou claro o que está em jogo: a credibilidade da defesa coletiva no coração da ordem euro-atlântica.

Moscou acusou Varsóvia de disseminar “mitos”. Mas a escala, a origem e o momento – às vésperas do exercício Zapad, na Bielorrússia, que tradicionalmente ensaia cenários de guerra contra a Otan – não deixam dúvidas: foi uma operação de sondagem. Vladimir Putin buscou testar tempo de resposta, interoperabilidade e nervos políticos da aliança, a fim de expor velhas fissuras e, sobretudo, abrir novas. A estratégia é antiga, mas eficaz: avançar por meio de provocações ambíguas, negar responsabilidade e colher inteligência e dividendos psicológicos.

A resposta não pode ser tímida nem só verbal. É preciso combinar três dimensões. Primeiro, defesa ativa: interceptar sistematicamente qualquer incursão, reforçar o policiamento aéreo e deslocar barreiras antiaéreas para o leste. Segundo, apoio ampliado à Ucrânia: negar à Rússia os “santuários” de onde partem ataques implica fornecer a Kiev arsenais de longo alcance, inteligência e meios industriais para atingir fábricas de drones e mísseis no território russo. Terceiro, clareza estratégica: a Otan precisa provar que não tolerará a criação de uma nova “zona cinzenta” em seu firmamento, riscando linhas vermelhas – ao invés de diluí-las.

A investida na Polônia foi o ensaio de um desafio maior à segurança europeia e ao sistema internacional. O episódio serve de alerta a líderes europeus que continuam a tratar suas obrigações de defesa com tibieza, ao contrário da Polônia, que leva a ameaça russa a sério. A diretora de Relações Exteriores da União Europeia enunciou a verdade da qual muitos se esquivam: “A guerra da Rússia está escalando, não acabando”.

A lição é tão antiga quanto a guerra: fraqueza é um convite à agressão. Reagir com firmeza já não é escalar, é dissuadir. Armar a Ucrânia e fortalecer a integridade da Otan são a única forma de evitar que a Rússia transforme provocações em rotina, e rotinas, em guerra aberta. O teste foi feito. A hora da verdade chegou.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 12.09.2025. Adaptado)

**01.** Em relação às manobras da Rússia no espaço aéreo polonês, o editorial posiciona-se de forma

- (A) defensora delas, pois entende os espaços aéreos como domínios sem restrição de circulação.
- (B) contrária a elas, já que podem comprometer a segurança dos países-membros da Otan.
- (C) ambígua quanto a elas, ora sugerindo que se contempore o fato, ora defendendo a reação.
- (D) desfavorável a elas, uma vez que os países-membros da Otan estão escalando a violência.
- (E) indiferente a elas, ainda que entenda que a rotina de acusações entre os países é constante.

**02.** Considere as passagens:

- A madrugada de 10 de setembro passado foi **um divisor de águas...** (1º parágrafo)
- Moscou acusou Varsóvia de **disseminar “mitos”**. (2º parágrafo)

As informações destacadas significam, correta e respectivamente:

- (A) um evento de transformação; sofismar.
- (B) um momento de tranquilidade; ofender.
- (C) uma mudança já aguardada; recuar.
- (D) uma situação sem êxito; fabular.
- (E) uma alteração desejada; provocar.

**03.** O termo destacado está empregado em sentido figurado em:

- (A) A **madrugada** de 10 de setembro passado foi um divisor de águas... (1º parágrafo)
- (B) ... reforçar o **policimento** aéreo e deslocar barreiras... (3º parágrafo)
- (C) ... ao contrário da Polônia, que leva a **ameaça** russa a sério. (4º parágrafo)
- (D) ... a fim de expor velhas **fissuras** e, sobretudo, abrir novas. (2º parágrafo)
- (E) **Armar** a Ucrânia e fortalecer a integridade da Otan... (5º parágrafo)

04. Considere a passagem do 4º parágrafo do texto:

“O episódio serve de **alerta** a líderes europeus que continuam a tratar suas obrigações de defesa com **tibieza**, ao contrário da Polônia, que leva a ameaça russa a sério. A diretora de Relações Exteriores da União Europeia enunciou a verdade da qual muitos se **esquivam**...”

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) coação; arrogância; depreciam.
- (B) aviso; frouxidão; eximem.
- (C) ameaça; rigor; orgulham.
- (D) sinal; desinteresse; honram.
- (E) atenção; zelo; afastam.

05. No 3º parágrafo do texto, o sinal de dois-pontos é empregado três vezes para introduzir

- (A) síntese baseada nas informações anteriores.
- (B) retificação das informações anteriores.
- (C) citação, com alusão a informações anteriores.
- (D) detalhamento das informações anteriores.
- (E) ênfase a informações opostas às anteriores.

06. De acordo com a norma-padrão e sem prejuízo ao sentido original da conjunção e do advérbio, o trecho destacado em “Vladimir Putin buscou testar tempo de resposta, interoperabilidade e nervos políticos da aliança, **a fim de expor velhas fissuras e, sobretudo, abrir novas.**” (2º parágrafo) admite a reescrita:

- (A) ... à medida que se expunha velhas fissuras e, além disso, abrisse novas.
- (B) ... uma vez que se exporia velhas fissuras e, eventualmente, abriria novas.
- (C) ... conforme se expôs velhas fissuras e, porventura, pôde abrir novas.
- (D) ... enquanto se expuseram velhas fissuras e, ocasionalmente, abrirão novas.
- (E) ... para que se expusessem velhas fissuras e, principalmente, novas se abrissem.

07. Assinale a alternativa em que o sentido do termo destacado remete à ideia de “flagrante”.

- (A) O gesto deixou **claro** o que está em jogo: a credibilidade da defesa coletiva no coração da ordem euro-atlântica. (1º parágrafo)
- (B) A estratégia é antiga, mas eficaz: avançar por meio de provocações **ambíguas**, negar responsabilidade... (2º parágrafo)
- (C) Foi a primeira vez desde 1949 que aeronaves da aliança confrontaram armamentos russos em território **aliado**. (1º parágrafo)
- (D) A investida na Polônia foi o ensaio de um desafio **maior** à segurança europeia e ao sistema internacional. (4º parágrafo)
- (E) ... continuam a tratar suas obrigações de defesa com tibieza, ao contrário da Polônia, que leva a ameaça russa a **sério**. (4º parágrafo)

08. Considere as frases:

- A estratégia é antiga, mas eficaz: avançar recorrendo \_\_\_\_ provocações ambíguas.
- A Otan precisa provar que não se curvará \_\_\_\_ criação de uma nova “zona cinzenta” em seu firmamento.
- O episódio serve de alerta \_\_\_\_ líderes europeus que continuam a tratar suas obrigações de defesa com tibieza.
- Reagir com firmeza já não é escalar, é opor-se \_\_\_\_ agressões.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) as ... à ... aqueles ... as
- (B) às ... à ... aqueles ... à
- (C) à ... a ... aqueles ... a
- (D) a ... à ... àqueles ... às
- (E) à ... a ... àqueles ... à

Leia o texto para responder às questões de **09** a **12**:

Na conversa de anteontem com Rita esqueceu-me dizer a parte relativa a minha mulher, que lá está enterrada em Viena. Pela segunda vez falou-me em transportá-la para o nosso jazigo. Novamente lhe disse que estimaria muito estar perto dela, mas que, em minha opinião, os mortos ficam bem onde caem; redarguiu-me que estão muito melhor com os seus.

– Quando eu morrer, irei para onde ela estiver, no outro mundo, e ela virá ao meu encontro – disse eu.

Sorriu, e citou o exemplo da viúva Noronha, que fez transportar o marido de Lisboa, onde faleceu, para o Rio de Janeiro, onde ela conta acabar. Não disse mais sobre este assunto, mas provavelmente tornará a ele, até alcançar o que lhe parece. Já meu cunhado dizia que era seu costume dela, quando queria alguma coisa.

Outra coisa que não escrevi foi a alusão que ela fez à gente Aguiar, um casal que conheci a última vez que vim, com licença, ao Rio de Janeiro, e agora encontrei. São amigos dela e da viúva, e celebram daqui a dez ou quinze dias as suas bodas de prata. Já os visitei duas vezes e o marido, a mim. Rita falou-me deles com simpatia e aconselhou-me a ir cumprimentá-los por ocasião das festas aniversárias.

(Machado de Assis. *Memorial de Aires*.  
<https://machadodeassis.net/texto/memorial-de-aires>)

**09.** Em relação ao local onde as pessoas devem ficar depois de mortas, é correto afirmar que o narrador e Rita

- (A) defendem a ideia de que fiquem próximas dos familiares, seguindo o pensamento da viúva Noronha.
- (B) expõem uma ruptura sobre a questão, uma vez que ele prefere seguir as orientações de seu cunhado.
- (C) expressam diferentes opiniões, e ela acredita que os mortos devem estar próximos dos familiares.
- (D) dispensam um posicionamento definitivo sobre a questão, embora ela sugira deixá-las onde faleceram.
- (E) demonstram discordância do procedimento da viúva Noronha, que optou por trazer o marido de Lisboa.

**10.** Considere a passagem do 3º parágrafo:

“Não disse mais sobre este assunto, mas provavelmente tornará a ele, até alcançar o que lhe parece. Já meu cunhado dizia que era seu costume dela, quando queria alguma coisa.”

Tendo por base a coesão, a coerência e a regência nominal, uma frase que traduz corretamente o ponto de vista expresso no texto é:

- (A) Rita é uma mulher admirável. Quanto anseia a algo, persegue seu objetivo até fazer ele tornar-se realidade.
- (B) Rita é uma mulher perseverante. Quanto anseia por algo, persegue seu objetivo até fazê-lo tornar-se realidade.
- (C) Rita é uma mulher resiliente. Quanto anseia algo, persegue seu objetivo até fazer ele tornar-se realidade.
- (D) Rita é uma mulher insistente. Quanto anseia com algo, persegue seu objetivo até fazer torná-lo realidade.
- (E) Rita é uma mulher inspiradora. Quanto anseia em algo, persegue seu objetivo até fazê-lo torná-lo realidade.

**11.** Considere as passagens:

- Na conversa de anteontem com Rita **esqueceu-me** dizer a parte relativa a minha mulher... (1º parágrafo)
- ... os mortos ficam bem **onde caem**... (1º parágrafo)
- Outra coisa que não escrevi foi a alusão que ela fez à gente Aguiar, um casal **que conheci** a última vez que vim... (4º parágrafo)

De acordo com a norma-padrão de regência, as passagens destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) esqueci de; onde se dirigiram; que fui apresentado.
- (B) esqueci; onde chegou; o qual fui apresentado.
- (C) esqueci-me; onde estão; no qual fui apresentado.
- (D) esqueci-me de; aonde vão; a que fui apresentado.
- (E) esqueci de; aonde morrem; para o qual fui apresentado.

**12.** A colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Rita não disse mais sobre aquele assunto, mas provavelmente o retomará em outras conversas.
- (B) Celebrarão-se daqui a dez ou quinze dias as bodas de prata do casal Aguiar, conhecido de Rita.
- (C) Minha mulher está enterrada em Viena, e Rita sugeriu que transportasse-a para o nosso jazigo.
- (D) Me esqueceu dizer a parte relativa a minha mulher, na conversa de anteontem que tive com Rita.
- (E) O marido da viúva Noronha estava em Lisboa, onde falecera, e ela não deixou-o enterrado lá.

13. A sequência: 0, 1, 3, 8, 8, 27, 15, 64, 24, 125, ..., é formada com um padrão lógico aritmético, e que, desde o início, cada par de termos sucessivos é gerado a partir de um mesmo valor.

Sendo assim, a diferença entre o 20º e o 19º termo é igual a

- (A) 801.
- (B) 999.
- (C) 809.
- (D) 891.
- (E) 901.

14. Considere a seguinte afirmação:

*Todas as empresas têm filiais ou no Brasil ou no exterior.*

Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Existe empresa que, se tem filial no Brasil, então tem filial no exterior.
- (B) Nenhuma empresa tem filial no Brasil e no exterior.
- (C) Existe empresa que tem filial no exterior se, e somente se, tem filial no Brasil.
- (D) Nenhuma empresa tem filial no Brasil ou no exterior.
- (E) Todas as empresas têm filial no Brasil se, e somente se, tem filial no exterior.

15. Um setor de finanças tem um lote com 40 impostos de renda com problemas que são do tipo: valores incorretos, rendimentos omitidos ou informações cadastrais ausentes. Nesse lote de impostos de renda, 28 têm valores incorretos, 17 têm rendimentos omitidos, 13 têm informações cadastrais ausentes, 6 têm valores incorretos e rendimentos omitidos, 7 têm rendimentos omitidos e informações cadastrais ausentes, e 10 têm valores incorretos e informações cadastrais ausentes.

O número de impostos de renda, desse lote, com pelo menos dois tipos de problemas é igual a

- (A) 13.
- (B) 18.
- (C) 14.
- (D) 23.
- (E) 10.

16. Em uma empresa, o salário de cinco funcionários é de R\$ 10.000,00, sete funcionários recebem R\$ 8.000,00, e, dos demais funcionários, metade recebe R\$ 6.000,00, dois sétimos recebem R\$ 7.000,00 e três quatorze avos recebem R\$ 4.000,00, o que faz com que a média aritmética simples dos salários dos funcionários dessa empresa seja igual a R\$ 6.750,00.

A quantidade de funcionários dessa empresa é igual a

- (A) 40.
- (B) 24.
- (C) 28.
- (D) 54.
- (E) 68.

17. Um algoritmo está sendo desenvolvido para modelagem de séries temporais e encontra-se em fase de testes. Nessa etapa, o algoritmo funciona para séries com média 75 e variância 180.

Uma dada série selecionada para o teste não atende às especificações mencionadas, pois possui média 84 e variância 245.

Para alterar linearmente a referida série, tornando apta a testar o algoritmo, é necessário que cada observação seja

- (A) multiplicada por  $\frac{13}{14}$  e diminuída de 3.
- (B) multiplicada por  $\frac{6}{7}$  e adicionada de 3.
- (C) multiplicada por  $\frac{6}{7}$  e adicionada de 6.
- (D) multiplicada por  $\frac{13}{14}$  e diminuída de 5.
- (E) multiplicada por  $\frac{11}{14}$  e adicionada de 9.

18. Em uma loja de departamentos, um certo produto tem preço de custo de R\$ 2.326,41 a unidade. Qual deve ser o preço anunciado desse produto se, com um desconto de 10% sobre o preço anunciado, deseja-se obter um lucro de 60% sobre o preço de custo unitário?

- (A) R\$ 4.132,47
- (B) R\$ 4.139,92
- (C) R\$ 4.133,28
- (D) R\$ 4.135,84
- (E) R\$ 4.137,26

19. Sejam  $x$ ,  $y$  e  $i$  números reais e positivos, então dois aumentos consecutivos, um de  $x\%$  e outro de  $y\%$ , correspondem a um aumento percentual igual a:

- (A)  $(x + y)i^2\%$
- (B)  $\left( (x + y) + \frac{xy}{100} \right) i\%$
- (C)  $\left( (x + y) + \frac{xyi}{100} \right) i\%$
- (D)  $\left( (x + y)i + \frac{xy}{100} \right) i\%$
- (E)  $(x + y)^2 i\%$

20. Uma empresa tem títulos mensais a receber, um a cada mês, no valor unitário de R\$ 8.000,00, com o primeiro vencendo em 30 dias, e o último em 780 dias. Ela negociará todos esses títulos em um banco, mediante desconto comercial (desconto simples), com taxa mensal de desconto de 2,5%.

O valor líquido que ela receberá na negociação será de

- (A) R\$ 137.200,00.
- (B) R\$ 137.400,00.
- (C) R\$ 137.600,00.
- (D) R\$ 138.000,00.
- (E) R\$ 137.800,00.

21. Um banco libera um crédito para uma empresa no valor de R\$ 840.000,00, à taxa de 2,5% a.s., para ser reembolsado em 5 parcelas semestrais, com dois semestres de carência, e a primeira parcela vencível ao final do terceiro semestre.

Não há carência para os juros que serão pagos semestralmente. Nessas condições, o valor da penúltima prestação, pelo sistema de amortização constante, foi de

- (A) R\$ 176.400,00.
- (B) R\$ 177.600,00.
- (C) R\$ 176.800,00.
- (D) R\$ 176.000,00.
- (E) R\$ 177.200,00.

22. Um financiamento de R\$ 80.000,00 deverá ser amortizado, por meio do Sistema Francês (*Tabela Price*), em parcelas semestrais e consecutivas, com juros compostos de 4% ao semestre.

Sabendo que, no terceiro semestre, o saldo devedor é de R\$ 33.893,44, e a última prestação foi de R\$ 17.970,17, o valor da amortização no quinto semestre será de, aproximadamente,

- (A) R\$ 17.201,44.
- (B) R\$ 17.131,89.
- (C) R\$ 17.279,01.
- (D) R\$ 17.028,53.
- (E) R\$ 17.397,10.

## R A S C U N H O

23. No MS-Office 365, os menus são elementos que possibilitam o acesso às funcionalidades de uso mais comum, por meio de acesso a diversas guias, como a

- (A) Exibir, destinada a apresentar as principais informações do arquivo, como datas de criação e alteração, proprietário, permissões, dentre outras.
- (B) Inserir, que permite incorporar usuários com os quais o arquivo poderá ser compartilhado.
- (C) Ajuda, que ativa automaticamente a ferramenta de inteligência artificial Copilot para auxiliar o usuário na elaboração de alguma atividade no seu arquivo.
- (D) Arquivo, que permite salvar, abrir, imprimir documentos, bem como a exibição de suas informações relacionadas ao arquivo.
- (E) Página Inicial, que posiciona o cursor na primeira página de um arquivo, planilha ou *slide* do arquivo que será editado.

24. No aplicativo Word do MS-Office 365 (tendo como base a versão 2016, em português e em sua configuração padrão), um usuário digitou a seguinte frase em um documento:

`Grupo de participantes atuantes.`

Posteriormente, selecionou, na palavra “atuantes”, somente as letras “atu”, aplicando o efeito de fonte de texto oculto.

Caso o recurso Mostrar Tudo esteja desativado, o que pode ser feito desativando-o por meio do botão (¶ – símbolo de parágrafo) da guia Página Inicial, ou por meio do atalho de teclado Ctrl + Shift + 8, essa frase ficará com a aparência:

- (A) Grupo de participantes atuantes.
- (B) Grupo de participantes antes.
- (C) Grupo de participantesantes.
- (D) Grupo de participantes            antes.
- (E) Grupo de participantes.

25. No aplicativo Excel do MS-Office 365 (tendo como base a versão 2016, em português e em sua configuração padrão), digitou-se a seguinte planilha, referentes à avaliação de alunos em uma disciplina:

	A	B	C	D	E	F	G
1	Aluno	P1	P2	T	MP	MF	Situação
2	Alexandre	4,0	6,0	5,0	5,3	5,2	
3	Carlos	6,0	4,0	4,0	4,7	4,4	
4	José	4,0	5,5	6,0	5,0	5,3	
5	Paulo	3,0	7,0	7,0	5,7	6,1	
6	Vitor	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	
7	Wilian	4,0	2,0	3,0	2,7	2,8	

Cada aluno realizou três atividades de avaliação, sendo duas provas (P1 e P2) e um trabalho (T). Na coluna E, tem-se a média ponderada das provas (MP), sendo os pesos de P1 e P2 iguais a 1 e 2, respectivamente. A média final é composta pela média ponderada de MP e T, com pesos 2 e 1, respectivamente.

Suponha que a seguinte fórmula tenha sido inserida na célula **G2** (apresentada aqui em 2 linhas por questão de espaço):

`=SE(E((E2>=5);(D2>=5)));"Aprovado";  
SE(F2>=3;"Recuperação";"Reprovado"))`

e que, ainda, essa fórmula tenha sido arrastada até a célula **G7** pelo quadradinho inferior direito da célula **G2** previamente selecionada.

É correto afirmar que os números de alunos com as Situações “Aprovado”, “Reprovado” e “Recuperação” serão, respectivamente:

- (A) 2, 3 e 1.
- (B) 2, 2 e 2.
- (C) 3, 1 e 2.
- (D) 2, 1 e 3.
- (E) 3, 2 e 1.

26. Um Contador Judiciário utilizou o MS-Office 365, e alterou uma planilha elaborada no Excel em seu computador. Posteriormente, tentou acessar o mesmo arquivo no seu *smartphone* por meio do OneDrive, constatando que as alterações realizadas no computador no arquivo não estavam presentes na versão do *smartphone*.

Uma possível explicação para o ocorrido é:

- (A) a sincronização de arquivos por meio do OneDrive não foi assinada pelo usuário ou empresa, pois se trata de um recurso opcional, que deve ser assinado separadamente.
- (B) o arquivo que foi alterado não se encontrava em uma pasta sincronizada do OneDrive.
- (C) a sincronização permitida pelo OneDrive contempla microcomputadores e *notebooks*, não contemplando *smartphones* e *tablets*.
- (D) como a sincronização por meio do OneDrive não é automática, provavelmente o usuário se esqueceu de selecionar a opção "Sincronizar" após concluir as alterações.
- (E) o OneDrive permite a sincronização de arquivos do Word, não sendo possível sincronizar arquivos do Excel e do PowerPoint.

27. O correio eletrônico possui diversas opções e recursos para o preparo e o envio de *e-mails*, como o

- (A) campo CCS, que permite o envio de uma mensagem com segurança, podendo ser lida por quem possui uma senha.
- (B) anexo estendido, que permite o envio de arquivos com tamanho de até 1 GB.
- (C) campo CCO (ou BCC), que torna oculto os anexos que estejam presentes no *e-mail*.
- (D) campo Assunto, que é obrigatório, e se ele não for preenchido, será colocado automaticamente o texto "sem informação".
- (E) campo CCO (ou BCC), que não permite aos destinatários do *e-mail* ver quais outros endereços estão em cópia.

28. Um usuário da denominada plataforma Microsoft Teams deseja reunir um grupo de pessoas para, por exemplo, trocar mensagens, fazer chamadas ou ainda registrar eventos. Dessa forma, considerando a utilização dessa plataforma, esse usuário deve criar um grupo de pessoas, utilizando, para tal finalidade, um botão com um ícone designado especificamente para esse objetivo, localizado no menu lateral, situado na parte esquerda dessa plataforma.

O botão em questão possui a nomenclatura de

- (A) Chat.
- (B) Calendário.
- (C) Atividade.
- (D) Equipes.
- (E) Chamadas.

29. Os três princípios básicos envolvidos na segurança da informação são confidencialidade, integridade e disponibilidade.

É correto afirmar, especificamente, que o princípio da

- (A) integridade indica a necessidade de que os usuários da informação sejam mantidos anônimos.
- (B) confidencialidade tem como objetivo determinar o custo que um vazamento de informações pode ocasionar à empresa.
- (C) disponibilidade tem como meta prover o sistema com capacidades de auditoria no uso da informação.
- (D) confidencialidade visa garantir que o acesso à informação seja restrito a seus usuários previamente autorizados.
- (E) integridade apresenta como meta principal que se tenha disponível a informação no momento de sua necessidade.

30. A Inteligência Artificial Generativa utiliza modelos de linguagem (LLMs – *Large Language Models*) para processamento de *prompts* em linguagem natural. Um fenômeno que pode ocorrer durante o uso dos LLMs é a alucinação.

Assinale a alternativa que explica corretamente o fenômeno da alucinação.

- (A) É um processo no qual o LLM gera informações plausíveis, porém incorretas.
- (B) É o mecanismo em que o LLM necessita extrair dados da rede.
- (C) É um bloqueio de segurança contra conteúdo ofensivo durante uso do LLM.
- (D) É um recurso dos LLMs para criar respostas mais adequadas ao interlocutor humano.
- (E) É uma situação em que o LLM não apresenta nenhuma resposta ao *prompt* fornecido.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

31. Uma das motivações para a existência dos chamados bens públicos, produzidos e ofertados pelo governo, é
- (A) a necessidade de subsidiar empresas privadas para garantir a oferta de serviços essenciais.
  - (B) a incapacidade do mercado em prover esses bens de forma eficiente devido à não rivalidade e não exclusividade no consumo.
  - (C) a intenção de criar monopólios estatais para evitar a concorrência.
  - (D) o interesse em controlar a produção e distribuição de todos os bens e serviços na sociedade.
  - (E) a busca por maximizar o lucro em setores estratégicos da economia.

32. Leia o trecho a seguir:

“O uso da política orçamentária como meio de manter alto emprego, um grau razoável de estabilidade do nível de preços e uma taxa apropriada de crescimento econômico, com concessões para efeitos no comércio e na balança de pagamentos.”

(Tradução livre de: Richard A. Musgrave; Peggy B. Musgrave, *Public finance in theory and practice*, 1989)

Considerando o trecho apresentado, é correto afirmar que nos referimos a todos esses objetivos como a função de governo conhecida como função

- (A) indutora.
  - (B) anódina.
  - (C) estabilizadora.
  - (D) alocativa.
  - (E) distributiva.
33. Uma empresa de transporte rodoviário de passageiros, buscando proteger sua fatia de mercado de novos concorrentes que oferecem serviços mais baratos e eficientes, investe pesadamente em lobby junto a parlamentares para aprovar uma lei que estabeleça requisitos regulatórios excessivamente onerosos para a entrada de novas empresas no setor, como a exigência de frotas com idade mínima irrealista e licenças com custos proibitivos. Seu objetivo é criar barreiras artificiais à entrada de competidores, elevando os custos dos potenciais concorrentes e, assim, garantindo seus lucros sem a necessidade de melhorar a qualidade ou reduzir os preços de seus próprios serviços.
- Considerando o exposto, é correto afirmar que essa situação é um exemplo da falha de governo conhecida como
- (A) oportunismo político.
  - (B) conflito de agência.
  - (C) informação assimétrica.
  - (D) custos de transação.
  - (E) *rent-seeking*.

34. Aureliano, servidor público da Secretaria Municipal de Orçamento, está presente em uma reunião na qual se propõe o início da realização de obra cujo cronograma prevê a execução em cinco anos. Aureliano se recorda que o Plano Plurianual (PPA) vigente não prevê claramente programa ou ação relacionados à obra a ser realizada.

Nesse cenário, é correto afirmar que Aureliano deve reiterar, na reunião, que

- (A) isso não é um problema para o início da obra, pois o planejamento contido no PPA é meramente indicativo e não tem eficácia jurídica direta.
- (B) o PPA deve ser emendado, previamente à realização da despesa, mediante lei complementar municipal.
- (C) a realização da despesa com a obra, sem inclusão no PPA, por ultrapassar um exercício financeiro, pode acarretar crime de responsabilidade.
- (D) é necessário aguardar o próximo ciclo de elaboração do PPA para, no quadriênio seguinte, iniciar a referida obra, já incluída no novo PPA.
- (E) o PPA deve ser detalhado, previamente à realização da despesa, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo para incluir a referida obra.

35. Analise o excerto a seguir:

“O orçamento por desempenho, assim como o orçamento-programa, busca avaliar a efetividade dos gastos públicos com base nos resultados alcançados. No entanto, o orçamento por desempenho vai além do controle de resultados (...)”

(Luis Felipe Vidal Arellano, *Introdução ao Direito Financeiro Brasileiro*, 2025)

Considerando o excerto, é correto afirmar que a razão pela qual o orçamento por desempenho vai além do controle de resultados é:

- (A) o orçamento por desempenho tem origem no orçamento base zero, de caráter inercial, ao passo que o controle de resultados vincula-se à ideia de orçamento clássico, que privilegia a limitação do poder político.
- (B) o orçamento por desempenho ignora a proposta orçamentária dos anos anteriores, reabrindo todos os conflitos alocativos entre diferentes políticas e segmentos da sociedade em cada ciclo de proposição orçamentária.
- (C) o controle de resultados é corolário da ideia de participação e transparência, vinculando-se, portanto, aos orçamentos participativos e não aos orçamentos por resultados ou por desempenho.
- (D) trata-se de técnica orçamentária desenvolvida inicialmente no setor privado, mais especificamente no setor automotivo, tendo sido posteriormente inserida no contexto público por intermédio dos estudos da chamada *Public Choice Theory*.
- (E) no orçamento por desempenho, estabelecem-se regras objetivas para a alocação de recursos com base no desempenho das diferentes políticas públicas em relação às metas fixadas.

36. Conforme determina a Constituição Federal, pertence integralmente aos municípios o produto da arrecadação
- (A) do imposto sobre produtos industrializados quando o beneficiamento industrial do produto ocorra no seu respectivo território para exportação com ou sem incentivo de *drawback*.
  - (B) do imposto sobre bens e serviços instituído mediante reforma constitucional introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou o sistema nacional de tributação sobre o consumo.
  - (C) da contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, de gás natural e seus derivados e de álcool combustível.
  - (D) do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
  - (E) da contribuição social para custeio do serviço de limpeza urbana e coleta de lixo, residencial ou não residencial, quando devidamente instituída em território reconhecido como zona urbana ou urbanizável pelo plano diretor municipal.
37. Amadeu está analisando a despesa de pessoal com o Poder Judiciário de um determinado Estado da Federação e fica em dúvida a respeito de quais rubricas entram e quais são excluídas da apuração da despesa total de pessoal. A esse respeito, é correto afirmar, com base na Lei Complementar nº 101/2000, que
- (A) as deduções relativas ao pagamento, pelo Estado, de contribuição previdenciária patronal para custeio do regime próprio de previdência não devem ser consideradas na apuração da despesa total de pessoal.
  - (B) as deduções relativas ao pagamento, pelo servidor público, de contribuição previdenciária para custeio do regime próprio de previdência, se oferecido, não devem ser consideradas na apuração da despesa total de pessoal.
  - (C) a redução dos vencimentos em razão do atendimento ao teto constitucional remuneratório, conforme o art. 37, XI, da Constituição Federal, não deve ser considerada na apuração da despesa total de pessoal.
  - (D) as deduções relativas ao pagamento, pelo Estado, de contribuição previdenciária patronal para custeio do regime de previdência complementar, se oferecido, não devem ser consideradas na apuração da despesa total de pessoal.
  - (E) as despesas relativas a eventuais incentivos em programas de demissão voluntária, realizados no âmbito do Poder Judiciário estadual, devem ser consideradas na apuração da despesa total de pessoal.
38. O Governador do Estado está se preparando para encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei para reajustamento geral anual da remuneração de pessoal, conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal. Nesse contexto, é correto afirmar que para a validade do eventual aumento remuneratório, aprovado em decorrência do futuro projeto de lei, o processo deverá ser instruído com
- (A) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
  - (B) previsão de impacto da medida sobre o ano corrente e os três seguintes, bem como demonstração da origem dos recursos para custeio da medida.
  - (C) previsão de impacto da medida sobre o ano corrente e os dois seguintes, bem como demonstração da medida compensatória a ser adotada, consistente em redução permanente de despesas.
  - (D) previsão de impacto da medida sobre o ano corrente e os dois seguintes, bem como demonstração da origem dos recursos para custeio da medida.
  - (E) previsão de impacto da medida sobre o ano corrente e os dois seguintes, bem como demonstração da medida compensatória a ser adotada, consistente em incremento permanente de receita.
39. Januário é servidor municipal do Poder Judiciário e trabalha na área de execução orçamentária de Tribunal de Justiça estadual. Uma das atribuições de Januário é, no início de cada ano, assim que iniciada formalmente a execução orçamentária, realizar os empenhos que lastreiam os contratos vigentes do Tribunal e que eventualmente tenham sido assinados em anos anteriores. Outra atribuição é realizar, ao final de cada exercício, a inscrição dos empenhos em restos a pagar, conforme a necessidade contratual.
- A esse respeito, com base na legislação fiscal do país, é correto afirmar:
- (A) o procedimento de início de ano não está correto, pois os empenhos de contratos com multi-vigência são automaticamente prorrogados para os anos seguintes, sendo despendida a sua renovação.
  - (B) se, em algum ano, Januário se esquecer de inscrever em restos a pagar algum empenho relativo a uma obrigação financeira do Tribunal com fornecedor, o pagamento, no ano seguinte, deverá ser feito mediante precatório judicial.
  - (C) se, em algum ano, Januário se esquecer de inscrever em restos a pagar algum empenho relativo a uma obrigação financeira do Tribunal com fornecedor, o pagamento, no ano seguinte, será feito à conta de despesa de exercícios anteriores (DEA).
  - (D) se, em algum ano, Januário se esquecer de inscrever em restos a pagar algum empenho relativo a uma obrigação financeira do Tribunal com fornecedor, o pagamento, no ano seguinte, será feito mediante requisição de pequeno valor (RPV).
  - (E) caso o orçamento do Tribunal, no ano seguinte, não seja suficiente para a extração de empenho para os contratos vigentes, estes deverão ter a sua execução mantida, ressalvando-se que o seu pagamento deverá ocorrer na forma de despesa de exercícios anteriores (DEA).

40. Em julho de 2024, uma marcenaria recebeu a encomenda de duas mesas por R\$ 30.000,00. As mesas deverão ser entregues no mês de agosto de 2024. O custo verificado na fabricação corresponde a R\$ 18.000,00. A empresa recebeu 50% na data da encomenda e o restante na entrega.

Considerando o regime de competência, assinale a alternativa que corresponde ao lançamento contábil no mês de agosto de 2024.

- (A) D – Caixa e equivalentes de caixa R\$ 30.000,00  
D – Custo do produto vendido R\$ 18.000,00  
C – Adiantamento de clientes R\$ 15.000,00  
C – Receita de vendas R\$ 15.000,00  
C – Estoque de produtos acabados R\$ 18.000,00
- (B) D – Adiantamento de clientes R\$ 15.000,00  
D – Caixa e equivalentes de caixa R\$ 15.000,00  
D – Custo do produto vendido R\$ 18.000,00  
C – Receita de vendas R\$ 30.000,00  
C – Estoque de produtos acabados R\$ 18.000,00
- (C) D – Caixa e equivalentes de caixa R\$ 30.000,00  
D – Estoque de produtos acabados R\$ 9.000,00  
D – Custo do produto vendido R\$ 9.000,00  
C – Adiantamento de clientes R\$ 15.000,00  
C – Receita de vendas R\$ 15.000,00  
C – Estoque de produtos acabados R\$ 18.000,00
- (D) D – Adiantamento de clientes R\$ 15.000,00  
D – Caixa e equivalentes de caixa R\$ 15.000,00  
D – Custo do produto vendido R\$ 9.000,00  
C – Receita de vendas R\$ 30.000,00  
C – Estoque de produtos acabados R\$ 9.000,00
- (E) D – Caixa e equivalentes de caixa R\$ 30.000,00  
D – Custo do produto vendido R\$ 18.000,00  
C – Receita de vendas R\$ 30.000,00  
C – Estoque de produtos acabados R\$ 18.000,00

41. Determinada empresa comercial efetuou as seguintes operações no último exercício financeiro:

- Pagamento de contratos mantidos para negociação imediata: R\$ 182.400,00;
- Compra de mercadorias para revenda à vista: R\$ 205.600,00;
- Amortização de empréstimos obtidos: R\$ 39.000,00;
- Aquisição de notebooks para trabalho remoto: R\$ 154.000,00, com pagamento à vista de 50%;
- Venda de máquinas e equipamentos integrantes do imobilizado à vista: R\$ 117.000,00;
- Venda de mercadorias: R\$ 600.000,00, com recebimento à vista de R\$ 500.000,00 e do restante no próximo exercício. O imposto incidente sobre a venda de mercadorias no valor de R\$ 85.000,00 foi pago integralmente no período;
- Obtenção de empréstimo de longo prazo: R\$ 120.000,00.

Considerando exclusivamente as operações supracitadas, na demonstração dos fluxos de caixa do período, elaborada pelo método direto, o valor correspondente ao fluxo de caixa das atividades operacionais foi de

- (A) R\$ 73.000,00.
- (B) R\$ 88.000,00.
- (C) R\$ 97.400,00.
- (D) R\$ 112.000,00.
- (E) R\$ 27.000,00.

42. Considere as seguintes informações relativas à Empresa XYZ S.A.:

- Em 01.03.2024, efetuou a aquisição de 30% do capital social da empresa RST S.A. pelo montante de R\$ 250.000,00. Tal aquisição permitiu a participação e a representação no conselho de administração da investida;
- Em 31.12.2024, a empresa RST S.A. registrou um lucro líquido de R\$ 200.000,00 e distribuiu o equivalente a R\$ 75.000,00 a títulos de dividendos do período;
- Em 31.12.2024, o valor justo estimado do investimento realizado pela empresa XYZ S.A. correspondia a R\$ 320.000,00;
- Não existe ágio na aquisição por expectativa de rentabilidade futura.

De acordo com as informações apresentadas, é correto afirmar que, no balanço patrimonial da empresa XYZ S.A. de 31.12.2024, relativamente ao investimento efetuado, constou, pelo método da equivalência patrimonial, um valor de

- (A) R\$ 96.000,00.
- (B) R\$ 320.000,00.
- (C) R\$ 75.000,00.
- (D) R\$ 250.000,00.
- (E) R\$ 287.500,00.

43. Uma empresa industrial produziu 152.000 ventiladores no último ano. Nesse período, vendeu 133.000 unidades por R\$ 570,00 cada. Seus custos e despesas são os seguintes:

- Custos fixos R\$ 3.040.000,00 por ano;
- Custos variáveis R\$ 342,00 por unidade;
- Despesas fixas R\$ 1.330.000,00 por ano;
- Despesas comerciais R\$ 23,00 por unidade.

Considerando que não havia estoques iniciais, que todas as unidades foram completadas no período e que não existiam impostos incidentes, o lucro líquido da empresa pelo custeio por absorção e o lucro líquido pelo custeio variável, em reais, foram respectivamente de

- (A) 27.265.000,00 e 27.664.000,00.
- (B) 23.275.000,00 e 22.895.000,00.
- (C) 24.225.000,00 e 24.605.000,00.
- (D) 26.334.000,00 e 26.915.000,00.
- (E) 30.324.000,00 e 28.994.000,00.

## R A S C U N H O

Para responder às questões **44** e **45**, observe os dados a seguir relativos às transações da Empresa EFG Comercial Ltda. no mês de agosto de 2024:

- Receita bruta de vendas: R\$ 5.500.000,00;
- Devolução de vendas: R\$ 550.000,00;
- Compras de mercadorias: R\$ 3.100.000,00;
- Gastos com arrendamento mercantil: R\$ 130.000,00;
- Depreciação do mês sobre bens da administração: R\$ 120.000,00;
- Aluguéis do mês pagos a pessoa jurídica: R\$ 260.000,00;
- Saldo de ICMS a recuperar (créditos de ICMS) em 31.07.2024: R\$ 155.000,00.

Dados adicionais:

- Estoques existentes: R\$ 92.000,00 em 31.07.2024 e R\$ 58.000,00 em 31.08.2024;
- Os custos, despesas e encargos são os incorridos no mês de agosto de 2024;
- As compras, vendas e devoluções estão sujeitas ao ICMS à alíquota de 20% (recuperável);
- A empresa é contribuinte do imposto de renda com base no lucro real.

**44.** O saldo da conta corrente do ICMS no final do mês de agosto de 2024, em reais, será de

- (A) 885.000,00 a recuperar.
- (B) 215.000,00 a recuperar.
- (C) 885.000,00 a recolher.
- (D) 215.000,00 a recolher.
- (E) 370.000,00 a recolher.

**45.** O valor do custo das mercadorias vendidas do mês de agosto de 2024, em reais, é de

- (A) 2.227.250,00.
- (B) 2.366.850,00.
- (C) 3.134.000,00.
- (D) 2.480.000,00.
- (E) 2.400.850,00.

46. Determinada empresa, que presta serviços de pintura, possui as seguintes informações relativas ao último mês:

- Estoque inicial de latas de tinta branca 18 L: 150 unidades a um custo unitário de R\$ 180,00;
- Compras no mês de 220 unidades de latas de tinta branca 18 L a um custo unitário de R\$ 210,00. Sobre essa operação, incide ICMS com alíquota de 17%;
- Foram utilizadas 350 latas de tinta branca 18 L para prestação de serviços de pintura em um galpão.

Adotando critério de arredondamento e duas casas após a virgula e considerando o método de avaliação dos estoques denominado custo médio ponderado, o custo do material aplicado, em reais, é

- (A) 64.491,00.
- (B) 61.813,50.
- (C) 62.294,52.
- (D) 65.346,00.
- (E) 65.854,20.

47. No último exercício financeiro, a Empresa TAL Comercial Ltda., ao realizar o inventário dos seus produtos destinados à venda, verificou a quantidade e os custos de aquisição especificados a seguir:

- Produto ABC: 1.000 unidades ao custo unitário de R\$ 6,00;
- Produto DEF: 200 unidades ao custo unitário de R\$ 24,00;
- Produto GHI: 600 unidades ao custo unitário de R\$ 40,00.

Preço de venda unitário na data do balanço:

- Produto ABC R\$ 7,00;
- Produto DEF R\$ 20,00;
- Produto GHI R\$ 40,00.

Demais informações:

- Despesas com a venda equivalem à 15% do preço custo.

Considerando exclusivamente as informações descritas, após o registro dos ajustes e das perdas estimadas conforme legislação em vigor, o valor somado dos saldos correspondentes aos produtos elencados no balanço patrimonial será de

- (A) R\$ 34.800,00.
- (B) R\$ 34.080,00.
- (C) R\$ 30.480,00.
- (D) R\$ 30.580,00.
- (E) R\$ 31.200,00.

48. Observe as seguintes informações extraídas das demonstrações financeiras da Empresa PQR S.A., relativas ao último exercício financeiro:

- Índice de liquidez corrente: 1,40;
- Participação de capital de terceiros sobre os recursos totais: 60%;
- Composição do endividamento: 45%;
- Ativo total: R\$ 24.400.000,00.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, o valor correspondente ao ativo circulante da empresa, em reais, corresponde a

- (A) 5.416.800,00.
- (B) 9.760.000,00.
- (C) 8.052.000,00.
- (D) 2.635.200,00.
- (E) 9.223.200,00.

**R A S C U N H O**

## CONTABILIDADE PÚBLICA

Considere as informações a seguir para responder às questões **49** e **50**:

Determinada entidade pública, no ano de 2024, apresentou as seguintes contas patrimoniais com os seus saldos em R\$:

• Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	1.128.000,00
• 13º salário – adiantamento	600.000,00
• Passivo fiscal – diferido	1.048.000,00
• Fornecedores e contas a pagar de curto prazo	2.142.000,00
• Créditos a curto prazo – dívida ativa	2.325.000,00
• Empréstimos a pagar a curto prazo	3.400.000,00
• Ajustes de perdas de crédito a curto prazo – dívida ativa	85.000,00
• Dívida mobiliária de longo prazo	400.000,00
• Máquinas e equipamentos	10.133.000,00
• Variação patrimonial aumentativa – diferida	376.000,00
• Obrigações previdenciárias a pagar de curto prazo	1.412.000,00
• Softwares	256.000,00
• Aplicações em fundos de investimento com liquidez diária	1.121.000,00
• Patrimônio social	6.700.000,00

**49.** Segundo as informações apresentadas, no Balanço Patrimonial do período, o total do Passivo não Circulante é de:

- (A) R\$ 1.909.000,00
- (B) R\$ 1.824.000,00
- (C) R\$ 2.080.000,00
- (D) R\$ 2.048.000,00
- (E) R\$ 1.448.000,00

**50.** De acordo com o exposto, no Balanço Patrimonial do período, o total do Ativo Circulante é de:

- (A) R\$ 5.089.000,00
- (B) R\$ 5.833.000,00
- (C) R\$ 5.004.000,00
- (D) R\$ 6.954.000,00
- (E) R\$ 5.465.000,00

Considere as informações a seguir, extraídas do Balanço Orçamentário de uma entidade pública, relativas ao último exercício financeiro, em R\$, para responder as questões 51 e 52:

#### Receitas orçamentárias

Rubrica	Receita Prevista	Previsão atualizada	Receita realizada
Corrente	409.600,00	563.200,00	675.200,00
Capital	301.400,00	352.800,00	278.800,00
Total	711.000,00	916.000,00	954.000,00

#### Despesas orçamentárias

Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas pagas
Corrente	535.000,00	520.000,00	518.000,00	499.000,00	422.000,00
Capital	176.000,00	396.000,00	381.000,00	377.000,00	362.000,00
Total	711.000,00	916.000,00	899.000,00	876.000,00	784.000,00

51. Com base nos dados apresentados, o valor correspondente à economia orçamentária de capital apurado no período é de R\$ \_\_\_\_\_. Em relação à apuração do resultado da execução orçamentária de todo o período, observa-se um \_\_\_\_\_ no valor de R\$ \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preencha, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) 15.000,00 ... superávit ... 55.000,00
- (B) 15.000,00 ... déficit ... 55.000,00
- (C) 17.000,00 ... superávit ... 38.000,00
- (D) 19.000,00 ... superávit ... 15.000,00
- (E) 17.000,00 ... déficit ... 19.000,00

52. Conforme as informações apresentadas, o valor correspondente à inscrição de restos a pagar processados no período é de:

- (A) R\$ 17.000,00
- (B) R\$ 73.000,00
- (C) R\$ 23.000,00
- (D) R\$ 92.000,00
- (E) R\$ 40.000,00

53. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a inscrição em dívida ativa deverá ser realizada por meio de um dos dois procedimentos a seguir, conforme o nível de controle desejado pelo ente:

- a. Procedimento de registro 1: Utiliza contas de controle para acompanhar todo o processo de inscrição do crédito em dívida ativa, desde o inadimplemento até a efetiva inscrição. Requer uma maior integração entre as diversas etapas e unidades envolvidas.
- b. Procedimento de registro 2: Haverá registro contábil apenas no momento da efetiva inscrição dos valores em dívida ativa, dispensando o uso de contas de controle. Esse procedimento deve ser utilizado quando houver dificuldade de integração entre as diversas unidades participantes do processo.

Considerando o procedimento de registro 1, assinale a alternativa que corresponda ao registro do crédito vencido a ser encaminhado para inscrição em dívida ativa no órgão ou entidade de origem do crédito.

- (A) D-8.3.2.4.x.xx.xx Créditos Inscritos em Dívida Ativa Recebidos  
C-7.3.2.x.x.xx.xx Controle da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa
- (B) C-8.3.1.3.x.xx.xx Créditos a Inscrever em Dívida Ativa  
D-7.3.2.x.x.xx.xx Controle do Encaminhamento de Créditos para Inscrição em Dívida Ativa
- (C) D-1.1.2.x.x.xx.xx Créditos a Curto Prazo  
C-3.5.1.2.2.xx.xx Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária
- (D) D-3.5.1.4.4.xx.xx Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária  
C-1.1.4.x.x.xx.xx Créditos a Curto Prazo
- (E) D-7.3.1.x.x.xx.xx Controle do Encaminhamento de Créditos para Inscrição em Dívida Ativa  
C-8.3.1.1.x.xx.xx Créditos a Encaminhar para a Dívida Ativa

54. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor justo do ativo para o qual não existem transações de mercado comparáveis é mensurável confiavelmente se a variabilidade na faixa de estimativas razoáveis do valor justo não for significativa para esse ativo ou
- (A) normalmente determinada a partir de evidências com base no mercado, por meio de avaliações.
  - (B) as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo.
  - (C) as probabilidades serem normalmente realizadas por avaliadores profissionalmente qualificados, que ostentam qualificação profissional reconhecida e relevante.
  - (D) a entidade vir a precisar estimar o valor justo utilizando, por exemplo, custo de reprodução ou custo de reposição depreciado.
  - (E) o custo de reposição depreciado de item do ativo imobilizado poder ser estabelecido com referência ao preço de mercado.
55. A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual prevê que, para se reconhecer um item nas demonstrações contábeis, é necessário atribuir um valor monetário a ele. Isso requer escolher a base de mensuração apropriada e determinar se a mensuração do item cumpre as características qualitativas, levando-se em consideração as restrições acerca da informação nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral, inclusive que a mensuração seja suficientemente relevante e fidedignamente representativa para o item a ser reconhecido nas demonstrações contábeis. Pode haver incerteza associada à mensuração de montantes apresentados nas demonstrações contábeis. Nesse sentido, o uso de estimativas é
- (A) aspecto relevante do registro do grupo de elemento da despesa.
  - (B) característica essencial das despesas orçamentárias.
  - (C) parte essencial da contabilidade sob o regime de competência.
  - (D) atributo substancial do registro da disponibilidade por destinação de recursos.
  - (E) parte elementar da contabilidade sob o regime de caixa.

56. Em relação às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo) poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser

- (A) evidenciado subsidiariamente por avaliação contábil correspondente e ajustado ao valor presente das subvenções econômicas recebidas no orçamento do exercício equivalente.
- (B) consolidado impreterivelmente por nota explicativa que indique as fontes de recursos para registro nos procedimentos de controle das disponibilidades de recursos vinculada à execução do orçamento do exercício.
- (C) evidenciado complementarmente por nota explicativa, que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.
- (D) registrado obrigatoriamente pela equivalência patrimonial que demonstre a movimentação financeira das transferências recebidas e concedidas na execução do exercício a que corresponder.
- (E) adicionado compulsoriamente por nota explicativa pela expectativa de rentabilidade dos valores em relação às fontes de recursos vinculadas à execução do orçamento a que corresponderem.

57. Considere as informações a seguir, relativas ao exercício anterior de uma entidade pública, em R\$:

• Empenho de despesa com pessoal e encargos	2.989.000,00
• Arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	3.538.000,00
• Desincorporação de passivos	2.830.000,00
• Empenho de despesa com serviços de pessoa física	1.037.000,00
• Recebimento de cauções	1.708.000,00
• Transferências recebidas da União, referentes ao fundo de participação	2.318.000,00
• Contratação de antecipação de receita orçamentária	854.000,00
• Depreciação de bens móveis	366.000,00
• Arrecadação de taxas diversas	742.000,00
• Empenho de despesa com benefícios previdenciários	2.684.000,00
• Incorporação de passivos	1.366.000,00

**Adote:** Todas as receitas foram arrecadadas no exercício.

Todas as despesas empenhadas foram liquidadas e pagas no exercício.

Com base exclusivamente nas informações apresentadas, o valor correspondente ao resultado patrimonial do período, em R\$, é:

- (A) 986.000,00
- (B) 244.000,00
- (C) 840.000,00
- (D) 1.852.000,00
- (E) 1.464.000,00

58. O princípio da continuidade do serviço público é fundamental para a justificação da opção legislativa pela

- (A) exigência de licitação para a contratação de obras, bens e serviços.
- (B) impenhorabilidade dos bens públicos de uso especial.
- (C) impossibilidade de caducidade de concessão pública sem prévia indenização.
- (D) proibição de realização de greve no serviço público.
- (E) possibilidade de desapropriação de bens privados sem prévia indenização.

59. A Secretaria Municipal de Cultura de uma cidade lançou um edital para a seleção de projetos artísticos que receberão apoio financeiro. O edital estabelece critérios claros de avaliação e uma comissão julgadora composta por especialistas internos e externos. Após a divulgação dos resultados preliminares, um dos artistas desclassificados procurou o Secretário Municipal de Cultura, alegando irregularidades no processo de avaliação, desrespeito aos critérios previstos no edital e exigindo a revisão de sua pontuação. O Secretário, ciente da possível repercussão de uma falha no processo de seleção dos projetos, mas também da autonomia técnica da comissão julgadora, instrui o Diretor do Departamento de Fomento Cultural (que é seu subordinado direto) a “reavaliar com especial atenção” o projeto do artista em questão, “considerando a importância de manter um bom relacionamento com a comunidade artística local e a lisura do processo de seleção”. O Diretor, por sua vez, convoca a comissão julgadora, subordinada à sua Diretoria, para uma reunião, na qual “sugere fortemente” que sejam verificados “pontos que talvez tenham sido negligenciados” na avaliação do projeto do artista desclassificado, sem, contudo, dar qualquer ordem direta para alteração da pontuação.

É correto afirmar que, nesse caso, há um exemplo de

- (A) ato de improbidade administrativa.
- (B) desvio de finalidade.
- (C) abuso de poder.
- (D) exercício do poder administrativo disciplinar.
- (E) exercício legítimo do poder hierárquico.

60. Em relação aos empregados de empresas estatais, é correto afirmar:

- (A) se contratados mediante concurso público, podem ser demitidos sem justa causa, desde que em virtude de situação de legítimo interesse da empresa devidamente motivada.
- (B) adquirem a estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo público, após aprovação em avaliação de desempenho.
- (C) são contratados pelo regime estatutário, sujeitando-se às regras de aposentadoria próprias dos servidores públicos.
- (D) estão sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável aos empregados das empresas privadas na sua integralidade.
- (E) são assim classificados apenas os admitidos em razão de concurso público, não se incluindo entre eles os ocupantes de cargo em comissão.

61. Os subsídios públicos com a finalidade de atender ao princípio da modicidade tarifária nas concessões públicas

- (A) são vedados nas concessões públicas ordinárias, bem como nas concessões administrativas.
- (B) podem ser implementados por iniciativa do concessionário, no curso da concessão, como forma de reequilibrar contrato deficitário em razão de queda de demanda dos usuários.
- (C) são a regra geral nas concessões públicas ordinárias, sendo a sua admissão implícita em razão do princípio da supremacia do interesse público, independentemente de previsão no edital de licitação.
- (D) são possíveis nas concessões públicas ordinárias, desde que haja previsão legal para a realização das subvenções, a possibilidade conste do edital e da minuta contratual.
- (E) são possíveis apenas nas chamadas concessões especiais administrativas ou concessões especiais patrocinadas, consideradas formas de parceria público-privada.

**62.** Um guarda civil municipal, durante a fiscalização de rotina, abordou um veículo estacionado em local proibido. Ao solicitar os documentos do motorista do carro parado, o agente público percebeu que ele estava visivelmente alterado e com sinais de embriaguez. O agente, seguindo o protocolo, o impediu de continuar dirigindo, solicitando o apoio de um guincho para a remoção do veículo do local proibido onde se encontrava. Enquanto aguardavam a chegada do guincho, que estava atrasado em relação ao tempo máximo previsto em lei municipal para a remoção de veículos, o agente e o motorista possivelmente embriagado presenciaram outro carro ultrapassar o sinal vermelho e cruzar a esquina em alta velocidade, perdendo o controle e batendo na lateral do carro que estava estacionado em local proibido. O motorista abordado pelo guarda civil alega que o dano que foi causado ao seu carro, que estava estacionado, deve ser imputado à ação do guarda, que o impediu de sair dirigindo.

Sobre essa situação hipotética é correto afirmar, com base na legislação nacional, que

- (A) a responsabilidade civil do município depende da comprovação de elemento subjetivo, dolo ou culpa, do agente público, por se tratar de hipótese de responsabilidade civil subjetiva.
- (B) eventual nexos causal entre a ação do agente público e o dano causado não é adequado para se falar em responsabilização do município, por ter sofrido interferência de ação ilícita de terceiro.
- (C) a responsabilidade civil do município depende da comprovação de elemento subjetivo, dolo ou culpa, do agente público, por se tratar de hipótese de responsabilidade civil objetiva.
- (D) a causa original da cadeia de eventos que levou aos danos sofridos pelo motorista abordado realmente foi a ação do agente público, o que leva inexoravelmente à responsabilidade do município.
- (E) a responsabilidade civil do município no caso não decorre da ação do guarda civil, mas, sim, da demora do guincho em atender ao chamado dentro do tempo máximo previsto na legislação municipal para remoção.

**63.** De acordo com a Lei Estadual nº 10.177/1998, quando outros não estiverem previstos nesta Lei ou em disposições especiais, serão obedecidos os seguintes prazos máximos nos procedimentos administrativos:

- (A) 5 (cinco) dias para expedição de notificação ou intimação pessoal.
- (B) 5 (cinco) dias para manifestações do particular ou providências a seu cargo.
- (C) 2 (dois) dias para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos, publicação e outras providências de mero expediente.
- (D) 10 (dez) dias para elaboração e apresentação de informes sem caráter técnico ou jurídico.
- (E) 15 (quinze) dias para elaboração e apresentação de pareceres de caráter técnico ou jurídico.

**64.** São princípios constitucionais expressos da atividade de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública no Brasil:

- (A) legalidade, legitimidade e economicidade.
- (B) legalidade, moralidade e eficácia.
- (C) transparência, profissionalismo e impessoalidade.
- (D) publicidade, profissionalismo e legalidade.
- (E) segregação de riscos, conservadorismo e legitimidade.

65. É denominada de *lock-out* a greve dos empregadores, isto é, a situação em que as empresas empregadoras fecham as portas de seus estabelecimentos, impedindo a realização de qualquer trabalho, com o objetivo de obter concessões dos próprios trabalhadores ou do poder público.

Sobre esse tema, com base na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) o *lock-out* é permitido pela ordem constitucional brasileira apenas como meio de obter concessões dos trabalhadores, mas não do poder público.
- (B) o direito de *lock-out* se aplica igualmente às empresas estatais, uma vez que a Constituição impõe a elas o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas.
- (C) enquanto o direito de greve dos trabalhadores aparece no capítulo constitucional relativo aos direitos coletivos, o *lock-out* aparece no relativo à ordem econômica e financeira.
- (D) trata-se de um corolário do direito de greve dos trabalhadores, o qual se estende igualmente aos empregadores, por simetria.
- (E) não existe no direito constitucional brasileiro um direito de greve dos empregadores (*lock-out*), mas apenas dos empregados, tanto no setor privado quanto no público.

66. Em um processo judicial, o juiz profere a sentença em sessão privada, na qual apenas os advogados das partes estão presentes. A decisão posteriormente publicada é sucinta e não traz de forma clara a conexão entre os fundamentos jurídicos apresentados pelo juiz e as conclusões da sentença.

Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) não há compatibilidade entre a prolação de sentença na própria sessão de julgamento e posterior publicação da decisão.
- (B) não há necessariamente invalidade na realização de sessão privada, limitada à participação dos advogados.
- (C) o princípio da publicidade envolve apenas a ampla transparência da decisão e dos seus fundamentos, e não a conexão lógica entre estes.
- (D) é possível a realização de sessão privada, sendo, porém, necessária a participação em todos os atos das partes do processo.
- (E) a sentença não segue forma estrita, podendo trazer apenas os dispositivos da decisão, com sucinta referência à legislação que os fundamenta.

67. A Secretaria da Fazenda de um determinado estado da Federação identificou erro na proposta orçamentária encaminhada à Assembleia Legislativa em relação às despesas previstas com o pagamento da dívida pública. O erro consistiu no acréscimo de um zero ao final do valor da dotação para pagamento da dívida externa, aumentando, portanto, a previsão do valor necessário para fazer frente aos compromissos financeiros do estado no ano seguinte. O secretário da Casa Civil, nesse cenário, sugere ao governador encaminhar mensagem à Assembleia Legislativa, com as necessárias correções do projeto.

Nesse contexto, com base na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) por se tratar de simples erro material, o ajuste pode ser realizado pela própria assessoria parlamentar do Poder Legislativo, mediante solicitação justificada da Secretaria da Fazenda encaminhada por ofício.
- (B) o governador poderá alterar posteriormente o conteúdo da lei orçamentária aprovada, mediante decreto, por tratar a temática orçamentária de assunto inserido na competência regulamentar do Poder Executivo.
- (C) a Assembleia Legislativa pode modificar diretamente, independentemente de solicitação do Poder Executivo, as dotações destinadas ao pagamento da dívida pública, destinando a sobra a outras despesas previstas no projeto.
- (D) o governador poderá enviar mensagem à Assembleia Legislativa para propor modificação no projeto de lei orçamentária, desde que ainda não iniciada a votação, na comissão própria da assembleia para análise da proposta orçamentária, da parte cuja alteração é proposta.
- (E) após o encaminhamento da proposta orçamentária, o Poder Executivo cessa a sua competência em relação ao tema até a aprovação ou rejeição final do projeto, não podendo fazer propostas de modificação mediante mensagem do chefe do Poder Executivo.

68. A forma federativa de Estado implica o direito de participação das unidades federativas na formação da vontade política da União e da República Federativa do Brasil.

Nesse sentido, se um conjunto de governadores decidir propor emenda constitucional para criação de novas vagas no Senado Federal, sendo uma para cada estado da Federação, a serem ocupadas, apenas essas novas vagas, mediante periódica escolha do governador do respectivo estado, homologada pela respectiva Assembleia Legislativa, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que tal proposta

- (A) seria inconstitucional, pois é vedada a emenda à Constituição com a finalidade de aumentar o número de parlamentares.
- (B) seria inconstitucional, por veicular a abolição do voto direto no Brasil e a sua substituição pelo voto indireto.
- (C) poderia ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma, pela maioria relativa de seus membros.
- (D) teria de receber o apoio de, no mínimo, 1/3 (um terço) da Câmara de Deputados e do Senado Federal para início de sua tramitação.
- (E) poderia ser proposta diretamente por qualquer governador da Federação, na forma de proposta de emenda à Constituição.

69. João, um empresário bem-sucedido, faleceu em 1º de janeiro de 2024, deixando uma grande fortuna, mas também algumas dívidas tributárias referentes ao ano de 2023, antes de sua morte. Ele era casado em regime de comunhão parcial de bens com Maria e tinha dois filhos, Pedro e Ana. Após o falecimento de João, iniciou-se o processo de inventário e partilha de seus bens. Durante a tramitação, a Fazenda Pública Estadual ajuizou uma execução fiscal para cobrar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de dois carros de luxo que estavam em nome de João, referente ao exercício de 2023, e o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre os bens deixados. Aberto o inventário, o espólio de João foi o primeiro a ser acionado para o pagamento dos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão (1º de janeiro de 2024), conforme o art. 131, III, do CTN. O inventariante, em nome do espólio, questionou a responsabilidade por parte das dívidas, alegando que o ITCMD é um imposto de transmissão e não é devido pelo de cujus. Após a partilha dos bens, que ocorreu em 15 de dezembro de 2024, verificou-se que o espólio não possuía bens suficientes para quitar integralmente todas as dívidas tributárias de João (IPVA de 2023). Os filhos, Pedro e Ana, receberam quinhões hereditários significativos, e Maria, como cônjuge meeira, recebeu sua meação.

Nesse cenário, com base na legislação tributária nacional, é correto afirmar que

- (A) a alegação do inventariante está correta, pois o ITCMD é um imposto devido pelos herdeiros com incidência no momento da realização da partilha, e o espólio não possui responsabilidade relacionada a esse tributo, nem mesmo para sua administração e entrega dos bens sujeitos a ele, por meio da figura do inventariante.
- (B) Pedro e Ana, como herdeiros, são solidariamente responsáveis pela totalidade dos débitos de IPVA de 2023, independentemente do montante dos quinhões que receberam na partilha, em razão da sucessão hereditária.
- (C) o espólio de João é responsável pelo IPVA de 2023, e, após a partilha, Pedro e Ana, como sucessores, e Maria, como cônjuge meeira, respondem pelos débitos remanescentes do IPVA até o limite do valor de seus respectivos quinhões ou da meação.
- (D) o espólio de João não pode ser responsabilizado pelo IPVA de 2023, uma vez que o fato gerador do imposto ocorreu antes da abertura da sucessão, cabendo a responsabilidade exclusiva aos herdeiros.
- (E) Maria, como cônjuge meeira, não possui qualquer responsabilidade pelos débitos de IPVA de 2023, pois sua meação não se confunde com herança e, portanto, não é passível de cobrança por dívidas do de cujus.

70. Mário é servidor público municipal e participa do respectivo regime próprio de previdência social (RPPS), bem como de regime de previdência complementar facultativo (RPC) oferecido pela própria municipalidade onde trabalha, com contribuições incidentes sobre a parcela do seu salário que excede o teto do salário de contribuição do regime geral de previdência social (RGPS). Mário é também conselheiro fiscal em organização sem fins lucrativos, sem qualquer conflito de interesses ou de horários com o seu trabalho como servidor público, recebendo honorários mensais de R\$ 4 mil pela função de conselheiro. Mário informou à organização sem fins lucrativos, mediante declaração, os seus vencimentos como servidor público e as respectivas contribuições previdenciárias sobre ele incidentes.

Com base nessa situação hipotética e na legislação tributária nacional, em especial na Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, é correto afirmar que Mário

- (A) está sujeito à cobrança adicional de contribuição ao RGPS sobre o valor dos seus honorários, independentemente das contribuições realizadas ao RPPS e ao RPC, por se tratar de vínculo de trabalho independente do vínculo como servidor público e em razão de os tetos de contribuição não se comunicarem.
- (B) não é contribuinte obrigatório do RGPS, pois já recolhe contribuições facultativas sobre o que excede o teto de contribuição ao RGPS para o seu respectivo RPC.
- (C) não é contribuinte obrigatório do RGPS, pois as organizações sem fins lucrativos estão fora do âmbito de aplicação da referida Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022.
- (D) não está sujeito ao recolhimento de contribuição adicional ao RGPS, embora seja contribuinte obrigatório em relação à atividade de conselheiro fiscal, pois já recolhe para o RPPS acima do limite de contribuição ao RGPS.
- (E) não é contribuinte obrigatório do RGPS, pois o valor dos seus honorários como conselheiro fiscal é inferior ao teto de isenção do RGPS.

71. Wesley está estudando a respeito da Escrituração Contábil Digital (ECD), conforme detalhamento contido na Instrução Normativa da RFB nº 2.003/2021.

A respeito dessa escrituração, é correto afirmar que

- (A) a assinatura da ECD para envio à Receita Federal do Brasil, a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital, pode ser feita por qualquer meio de autenticação utilizado ordinariamente pela empresa para os seus negócios.
- (B) compreende a versão digital dos livros contábeis Diário e seus auxiliares, quando houver; Razão e seus auxiliares, quando houver; e Balances Diários e Balanços, além de fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
- (C) a obrigatoriedade da sua entrega se estende às empresas optantes pelo Simples Nacional, às instituições imunes nos termos da Constituição, bem como aos órgãos públicos, em relação aos tributos por eles retidos na fonte.
- (D) a autenticação dos livros e documentos que integram a ECD das empresas mercantis será comprovada pelo recibo de entrega da ECD emitido pelo Sped ou por outra forma de autenticação, a critério das Juntas Comerciais.
- (E) a ECD autenticada não pode ser substituída, ainda que contenha erros que não possam ser corrigidos por meio de lançamento contábil extemporâneo, por representar essa possibilidade uma fragilidade em relação à integridade da informação contábil.

72. A reforma da tributação sobre o consumo introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela Lei Complementar nº 214/2025 representa grande mudança no sistema tributário brasileiro.

Nesse sentido, é correto afirmar que é importante pilar da nova sistemática tributária introduzida no ordenamento jurídico:

- (A) fim à possibilidade de sonegação por contribuintes e responsáveis tributários, pela imposição da sistemática de crédito financeiro, apenas passível de fruição após quitação do imposto devido na operação anterior.
- (B) ampliação da cumulatividade do sistema, com a redução das hipóteses de creditamento pelos contribuintes no imposto sobre bens e serviços (IBS) em relação ao atual imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).
- (C) aumento da complexidade do sistema por meio da substituição do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), tributo cumulativo e com alíquotas reduzidas, por tributo de natureza não cumulativa, com apuração de créditos e débitos.
- (D) junção em um mesmo tributo da incidência sobre operações com mercadorias e operações com serviços, eliminando controvérsias acerca da competência tributária e da incidência do imposto sobre serviços (ISS), do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre mercadorias e serviços (ICMS).
- (E) criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, como mais um ente da Federação, acima de estados, do Distrito Federal e dos municípios, servindo à sua coordenação na aplicação da legislação tributária.

73. Em uma reunião entre os três sócios de uma sociedade anônima, João e Maria manifestaram desconforto com as contas apresentadas por Miguel, sócio majoritário e administrador da companhia, alegando que as demonstrações contábeis não refletiriam adequadamente a posição patrimonial da companhia na data indicada nas demonstrações. Miguel, em sua defesa, afirmou que as demonstrações contábeis foram elaboradas por contadores habilitados e devidamente auditadas pelos auditores independentes, que apresentaram parecer sem ressalvas, o que conferiria certeza às demonstrações contábeis e invalidaria qualquer alegação de desconformidade dos sócios minoritários.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base nas normas técnicas de auditoria, que

- (A) o objetivo da auditoria de informações contábeis históricas é o de conferir certeza e segurança em relação aos números e à forma de apresentação dos relatórios contábeis auditados, conforme argumentado por Miguel.
- (B) o fato de terem sido as demonstrações contábeis submetidas à auditoria independente, afasta a responsabilidade dos administradores por seus atos de gestão, independentemente da aprovação dos demais sócios.
- (C) por não existir exigência legal de habilitação em contabilidade para a assunção de cargo de administrador no Brasil, eventual responsabilidade por incorreções nas demonstrações deve ser atribuída apenas ao auditor que emitiu parecer sem ressalvas.
- (D) por não existir exigência legal de habilitação em contabilidade para a assunção de cargo de administrador em sociedade anônima no Brasil, eventual responsabilidade por incorreções nas demonstrações deve ser atribuída apenas ao contador que as assina.
- (E) a auditoria das demonstrações contábeis não exige a administração ou os responsáveis pela governança das suas competências de elaboração e de supervisão da elaboração das demonstrações contábeis.

74. Sobre os tipos de auditoria, pode-se afirmar que

- (A) auditoria interna e controle interno são sinônimos, retratando, ambas as expressões, o setor da organização responsável pela verificação do cumprimento das políticas, normas e valores estabelecidos pelos responsáveis pela governança.
- (B) as auditorias voltadas aos órgãos públicos não envolvem a verificação de informações contábeis, na medida em que esses órgãos não são obrigados à escrituração contábil nos mesmos moldes das organizações privadas.
- (C) as melhores práticas de governança corporativa sugerem vinculação da área de auditoria interna diretamente ao Conselho de Administração, quando houver tal órgão, a fim de evitar conflitos de interesses e facilitar o seu trabalho.
- (D) tanto a auditoria interna quanto a auditoria externa têm o mesmo grau de independência em relação à administração da companhia, na medida em que ambas devem seguir as normas técnicas e são remuneradas pela organização auditada.
- (E) as auditorias governamentais seguem princípios e ritos específicos, decorrentes da chamada “Declaração de Lima”, não sofrendo influência das normas técnicas de auditoria aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

75. Paulo está auditando as demonstrações contábeis da organização X quando se depara com possível equívoco no valor registrado em uma subconta contábil da organização. Após investigar mais a fundo, Paulo confirma o equívoco, mas observa que, ainda que este seja relevante no contexto da conta contábil da qual a subconta faz parte, não compromete o uso das informações contábeis por usuários internos ou externos da organização, não influenciando, portanto, negativa ou favoravelmente, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Nesse contexto, e considerando as normas técnicas de auditoria, é correto afirmar que

- (A) a identificação deste equívoco, por ser de baixa relevância para usuários internos ou externos, não deve produzir nenhuma modificação no planejamento dos procedimentos de auditoria a serem realizados por Paulo.
- (B) caso Paulo identifique que o equívoco tenha sido provocado por ato doloso da organização, estará diante de caso tratado pelas normas técnicas como “erro fraudulento”, acarretando a Paulo a obrigação de denunciar o caso às autoridades.
- (C) Paulo pode considerar o equívoco como imaterial no contexto das demonstrações contábeis, considerando não ser o auditor responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
- (D) ao identificar o erro como de baixa relevância, Paulo deve considerar a possibilidade de ampliar os testes substantivos a serem realizados durante a auditoria, considerando a redução do risco de detecção verificado.
- (E) o erro decorre do funcionamento dos controles internos, implantados na organização sob uma lógica de custos e benefícios, considerando-se os objetivos de lucro e os gastos envolvidos na ampliação dos controles.

76. Pode-se dizer que a principal finalidade das chamadas matrizes de achados e matrizes de responsabilização no contexto das auditorias governamentais é:

- (A) servir como ferramenta para a elaboração do plano anual de auditoria, priorizando as áreas de maior risco identificadas durante o trabalho de campo.
- (B) eximir a equipe de auditoria da responsabilidade pela fundamentação de seus achados, transferindo para os gestores a tarefa de comprovar a inexistência de irregularidades.
- (C) permitir a quantificação monetária de todos os achados de auditoria, mesmo aqueles de natureza não financeira, para subsidiar a recuperação de valores indevidamente gastos.
- (D) organizar e apresentar de forma clara e estruturada os achados da auditoria, relacionando-os às evidências coletadas e identificando os responsáveis pelas irregularidades ou deficiências encontradas.
- (E) facilitar a comunicação dos resultados da auditoria aos órgãos de controle interno da entidade auditada, garantindo a confidencialidade das informações.

**77.** Joana, servidora efetiva do TJSP há 4 anos, com excelente histórico funcional na área administrativa, candidata-se a um cargo de direção. Apesar de seu bom desempenho, Joana nunca ocupou formalmente um cargo de chefia, coordenação ou supervisão. No entanto, em diversas ocasiões, ela atuou como substituta da diretora de seu setor durante férias e licenças, assumindo as responsabilidades inerentes à função.

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1.111/2010, é correto afirmar, em relação à experiência de Joana, que

- (A) apesar do bom desempenho funcional de Joana, a legislação estadual exige, como condição para a nomeação em cargo de direção, tempo mínimo de 5 (cinco) anos de exercício no Tribunal.
- (B) Joana atende ao requisito de experiência para o exercício do cargo de direção, pois a legislação aceita como comprovação de experiência a substituição do titular de cargos dessa natureza.
- (C) em que pese o bom desempenho funcional de Joana, a legislação estadual exige, como condição para a nomeação em cargo de direção, experiência mínima de 3 (três) anos em cargo de coordenador ou superior.
- (D) apesar do bom desempenho funcional de Joana, a legislação estadual exige, como condição para a nomeação em cargo de direção, experiência mínima de 2 (dois) anos em cargo de supervisor ou superior.
- (E) Joana atende a todos os requisitos para o exercício do cargo de direção, pois, embora nunca tenha exercido formalmente cargo de chefia, já se encontra em exercício no Tribunal há quatro anos.

**78.** Mário é servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo e atua no setor que cuida da gestão orçamentária do órgão e da transparência das informações orçamentárias e financeiras, nos termos da Resolução CNJ nº 102/2009. Ao elaborar pela primeira vez o relatório de despesas relativo ao mês de janeiro, Mário fica em dúvida em relação a qual critério utilizar para apresentar as despesas realizadas no mês.

Nos termos da citada Resolução, é correto afirmar que Mário deve considerar como despesas realizadas no mês, para fins de elaboração do relatório:

- (A) a totalidade das despesas orçadas para aquele mês, desde que tenha havido a devida reserva orçamentária.
- (B) apenas as despesas que tenham passado por todas as fases da execução orçamentária.
- (C) apenas as despesas empenhadas naquele mês, independentemente da sua liquidação ou pagamento.
- (D) a totalidade das despesas orçadas com previsão de realização naquele mês.
- (E) apenas as despesas liquidadas naquele mês, independentemente do seu pagamento.

**79.** Dona Carmen, aposentada, 70 anos, ajuizou uma ação contra o Estado X, a qual foi julgada procedente. O valor total da condenação, de natureza não alimentar, é de R\$ 50.000,00. Desse montante, R\$ 40.000,00 são incontroversos, enquanto os R\$ 10.000,00 restantes dependem da análise de um recurso que discute a aplicação de juros de mora em determinado período. O valor de Requisição de Pequeno Valor (RPV) no estado é de R\$ 20.000,00. Os advogados de Dona Carmen solicitam ao juiz que os R\$ 40.000,00 incontroversos sejam pagos por meio de dois RPV de R\$ 20.000,00 cada, para agilizar o recebimento, visto a idade avançada de Dona Carmen. Posteriormente, caso vença a discussão sobre os juros, podem receber os R\$ 10.000,00 restantes por meio de outro RPV. Diante do cenário, é correto afirmar, de acordo com o que dispõe a Resolução CNJ nº 303/2019, que

- (A) não é possível o pagamento do valor residual de R\$ 10.000,00 mediante RPV, pois o valor da dívida total na condenação supera o valor máximo para essas requisições no Estado.
- (B) o pagamento do valor residual de R\$ 10.000,00, após trânsito em julgado do recurso favoravelmente à Dona Carmen, pode ser feito mediante RPV, por se tratar de valor inferior ao máximo fixado na legislação estadual.
- (C) o fracionamento do valor total da dívida para fins de pagamento mediante RPV apenas é possível na hipótese de se tratar de dívida de natureza alimentar e tendo ainda em vista a idade de Dona Carmen.
- (D) o fracionamento do valor total da dívida para fins de pagamento mediante RPV apenas é possível na hipótese de se tratar de dívida de natureza alimentar, independentemente da idade de Dona Carmen.
- (E) é possível o parcelamento do montante incontroverso em dois RPV, desde que o montante atualizado das parcelas seja inferior ao limite para essas requisições no Estado.

**80.** A fim de assegurar o pagamento das obrigações trabalhistas de empregados alocados na execução de contratos quando a prestação dos serviços ocorrer nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça, este publicou a Resolução CNJ nº 169/2013, que prevê que parcela dos pagamentos devidos à contratada deve ser efetivada em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação aberta no nome

- (A) da contratada e abrangendo todos os contratos vigentes, unicamente para essa finalidade e com movimentação por ordem do tribunal ou do conselho contratante.
- (B) da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do tribunal ou do conselho contratante.
- (C) do tribunal ou do conselho contratante e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação por autorização da contratada e da instituição financeira.
- (D) do tribunal ou do conselho contratante e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação por ordem do tribunal ou do conselho contratante.
- (E) de cada um dos empregados alocados à prestação dos serviços, unicamente para essa finalidade e com movimentação por ordem do tribunal ou do conselho contratante.

